

Companhia
Transudeste de
Transmissão

**Demonstrações contábeis
regulatórias em 31 de dezembro
de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais regulatórios	6
Demonstração do resultado regulatório	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio social	9
Demonstração de fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos acionistas, Conselheiros e administradores da

Companhia Transudeste de Transmissão S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Transudeste de Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Companhia Transudeste de Transmissão S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Transudeste de Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Transudeste de Transmissão S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valorização do ativo imobilizado

Veja a Nota 5 das demonstrações contábeis regulatórias

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui registrado no seu Balanço Patrimonial o montante de R\$58.801 mil relativo ao seu ativo imobilizado líquido. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável, menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.</p> <p>A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de transmissão. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado da atividade e conseqüentemente o patrimônio líquido e o ativo total, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Obtivemos o entendimento do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à depreciação do ativo imobilizado. Avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e confrontamos os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado com os saldos contábeis. Adicionalmente, confrontamos o saldo da depreciação reconhecida no exercício, com base nas vidas úteis determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), com os saldos contábeis. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado nas demonstrações contábeis regulatórias.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>

Outros assuntos

A Companhia Transudeste de Transmissão S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 30 de março de 2019.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser

que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

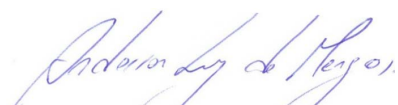
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6-F-MG



Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG 0702440/O-3

Companhia Transudeste de Transmissão

Balancos patrimoniais regulatórios 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Ativo circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		3.096	2.026	Fornecedores		208	172
Concessionárias e permissionárias	4	2.659	2.626	Empréstimos e financiamentos e debêntures	6	12.209	4.052
Tributos compensáveis		73	118	Obrigações sociais e trabalhistas		37	36
Despesas pagas antecipadamente		3	3	Tributos		635	638
Outros		315	102	Dividendos declarados		-	3.917
Total do ativo circulante		6.146	4.875	Encargos setoriais		1.367	1.201
				Outros passivos circulantes		516	744
Ativo não circulante				Total do passivo circulante		14.972	10.760
Concessionárias e permissionárias	4	240	203	Passivo Não Circulante			
Outros ativos não circulantes		11	11	Empréstimos e financiamentos e debêntures	6	33.476	45.648
Imobilizado	5	58.801	61.294	Outros passivos não circulantes		175	200
Intangível	5	2.629	2.561	Total do passivo não circulante		33.651	45.848
Total do ativo não circulante		61.681	64.069	Patrimônio líquido	7		
				Capital social		30.000	30.000
Total do ativo		67.827	68.944	Reserva de lucro		(10.796)	(17.664)
				Total do patrimônio líquido		19.204	12.336
				Total do passivo e patrimônio líquido		67.827	68.944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração do resultado regulatório

Exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Receita / Ingresso	Nota	2018	2017
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	8	25.811	25.105
Tributos			
PIS		(168)	(163)
Cofins		(775)	(753)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento – P&D		(240)	(237)
Quota para reserve de reversão – RGR		(671)	(627)
Taxa de fiscalização de energia		(103)	(98)
Receita líquida / Ingresso líquido		23.854	23.227
Custos gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e administradores	9	(774)	(712)
Material		(18)	(11)
Serviços de terceiros		(1.130)	(1.181)
Arrendamento e aluguéis		(369)	(368)
Seguros		(9)	(9)
Doações, Contribuições e Subvenções		(20)	(22)
Tributos		(3)	(6)
Depreciação e Amortização		(2.510)	(2.510)
Resultado da atividade		19.021	18.408
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras		(3.554)	(2.688)
Receitas financeiras		339	689
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		15.806	16.409
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(887)	(984)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		14.919	15.425
Resultado do exercício		14.919	15.425
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores		14.919	15.425
Lucro Por Ação		497,30	514,17
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas			
Controladores Detentores de Ações Ordinárias		497,30	514,17
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas			
Controladores Detentores de Ações Ordinárias		497,30	514,17
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade			
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a			
Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		497,30	514,17
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a			
Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		497,30	514,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Resultado do exercício	14.919	15.425
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>14.919</u>	<u>15.425</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Legal	Reserva de lucros	Reservas de Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	30.000	3.640	16.561	-	-	50.201
Resultado do exercício	-	-	-	15.425	15.425	15.425
Reserva legal	-	-	824	(824)	(824)	0
Dividendos Declarados	-	-	(49.373)	(3.917)	(3.917)	(53.291)
Dividendos adicionais propostos	-	-	10.683	(10.683)	(10.683)	0
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>30.000</u>	<u>3.640</u>	<u>(21.304)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.336</u>
Resultado do exercício	-	-	-	14.919	14.919	14.919
Dividendos Declarados	-	-	(8.051)	-	-	(8.051)
Dividendos adicionais propostos	-	-	14.919	(14.919)	(14.919)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>30.000</u>	<u>3.640</u>	<u>(14.436)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.204</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração de fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		14.919	15.424
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa			
Depreciação e amortização		2.510	2.510
Imposto de Renda e Contribuição Social	10	886	983
Encargos de debêntures e variações monetárias		3.464	2.382
Outros		<u>1</u>	<u>82</u>
		21.780	21.381
(Aumento) redução no ativo			
Concessionárias e permissionárias	6	(70)	8
Tributos compensáveis		46	8
Outros ativos		<u>(209)</u>	<u>(51)</u>
		(233)	(35)
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		36	50
Tributos e contribuições sociais		(888)	(960)
Taxas regulamentares		104	103
Outros passivos		<u>(257)</u>	<u>(597)</u>
		(1.005)	(1.404)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>20.542</u>	<u>19.942</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Imobilizado		<u>(86)</u>	<u>(30)</u>
Caixa líquido das atividades de investimento		(86)	(30)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos		(11.969)	(50.260)
Empréstimos /Financiamentos e encargos Obtidos		-	49.622
Empréstimos /Financiamentos e encargos Pagos		<u>(7.416)</u>	<u>(21.371)</u>
Caixa líquido das atividades de financiamento		(19.385)	(22.009)
Varição líquida do caixa e equivalentes de caixa		1.071	(2.097)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		2.026	4.123
No fim do exercício		3.097	2.026
		1.071	(2.097)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia Transudeste de Transmissão está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 3, para melhor entendimento do leitor.

3 Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis regulatórias são as mesmas apresentadas na nota explicativa de número 3 das Demonstrações Contábeis societárias, emitidas em 30 de março de 2019. As principais práticas contábeis regulatórias são:

- **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Contas a receber do ativo financeiro são classificadas como “custo amortizado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

- **Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

- **Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.
- **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como outros passivos financeiros.
- **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.
- **Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Tributação

Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;

Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia é calculado pelo regime de lucro presumido.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

- **Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.
- **Receita anual permitida (RAP):** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.
- **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.
- **Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Concessionárias e permissionárias

Composição das contas a receber

Descrição - R\$ Mil	Valores correntes						Provisão p/ Devedores Duvidosos	Total 2018	Total 2017
	Corrente a vencer		Corrente vencida						
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Encargos de uso da rede elétrica	2.564	-	73	7	15	240	-	2.899	2.829
Total	2.564	-	73	7	15	240	-	2.899	2.829

5 Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor	Adições (A)	Baixas (B)	Transfer. (C)	Reavaliação	Valor	Adições	Depreciação Acum.	Valor	Valor
	Bruto em 31/12/2017					Bruto em 31/12/2018	Líquidas = (A)-(B)+(C)		Líquido em 31/12/2018	Líquido em 31/12/2017
Transmissão	84.472	-	(11)	-	-	84.461	(11)	(28.526)	55.935	58.424
Terrenos	21	-	-	-	-	21	-	-	21	21
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.053	-	-	-	-	1.053	-	(427)	626	661
Máquinas e Equipamentos	83.248	-	(11)	-	-	83.237	(11)	(27.961)	55.276	57.721
Móveis e Utensílios	150	-	-	-	-	150	-	(138)	12	21
Administração	37	-	(10)	-	-	27	(10)	(13)	14	18
Máquinas e Equipamentos	36	-	(10)	-	-	26	(10)	(12)	14	18
Móveis e Utensílios	1	-	-	-	-	1	-	(1)	-	-
Subtotal	84.509	-	(21)	-	-	84.488	(21)	(28.539)	55.949	58.442
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transfer. (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Transmissão	2.852	-	-	-	-	2.852	-	-	2.852	2.852
Máquinas e Equipamentos	2.852	-	-	-	-	2.852	-	-	2.852	2.852
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2.852	-	-	-	-	2.852	-	-	2.852	2.852
Total do Ativo Imobilizado	87.361	-	(21)	-	-	87.340	(21)	(28.539)	58.801	61.294

Companhia Transudeste de Transmissão
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Ativo Intangível em Serviço Transmissão	1.468	-	-	-	-	1.468	-	-	1.468	1.468
Servidões	1.468					1.468	-		1.468	1.468
Administração	101	-	-	-	-	101	-		3	21
Softwares	101					101	-	(98)	3	21
Subtotal	1.569	-	-	-	-	1.569	-		1.471	1.489
Ativo Intangível em Curso Transmissão	1.072	86	-	-	-	1.158	-		1.158	1.072
Servidões	693	71	-	-	-	764	-		764	693
Softwares	23	-	-	-	-	23	-		23	23
Outros	356	15	-	-	-	371	-		371	356
Subtotal	1.072	86	-	-	-	1.158	-		1.158	1.072
Total do Ativo Intangível	2.641	86	-	-	-	2.727	-		2.629	2.561

As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto 2018	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido 2018	Valor Líquido 2017
Em serviço					
Transmissão		84.461	(28.526)	55.935	58.424
Custo Histórico	2,94%	84.461	(28.526)	55.935	58.424
Administração		27	(13)	14	18
Custo Histórico	14,80%	27	(13)	14	18
		84.488	(28.539)	55.949	58.442
Em Curso - R\$ Mil					
Transmissão		2.852	-	2.852	2.852
		2.852	-	2.852	2.852
		87.340	(28.539)	58.801	61.294

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL n.º 474 de 2012 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	2,70%
Religadores	4,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Não ocorreram adições ao imobilizado em serviço no exercício.

6 Empréstimos e financiamentos

6.1 Abertura do Endividamento - R\$ Mil

Instituição / Linha credora	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adim- plente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	37	12.172	33.476	45.685											
DEBENTURES - 2ª EMISSÃO	37	12.172	33.476	45.685	Sim	set/17	Subord/Quirog	CDI	107,75%	26/01/2019	Mensal	26/01/2019	26/09/2022	Mensal	SAC
Total por Dívida	37	12.173	33.476	45.685											
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	37	12.173	33.476	45.685											

Instituição / Linha credora	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
	2020	2021	2022	2023	2024	2024+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	12.173	12.173	9.129	-	-	-	33.475
DEBENTURES - 2ª EMISSÃO	12.173	12.173	9.129	-	-	-	33.475

6.2 Abertura dos Ativos Financeiros - R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
Ativos Financeiros	-	3.096	-	3.096
Caixa e Aplicações Financeiras	-	3.096	-	3.096
Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	1.000	-	1.000
Aplic. Financ. Fundos DI	-	2.096	-	2.096

6.3 Composição do endividamento e dívida líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2018	Total 2017
(+) Dívida Bruta	37	12.172	33.476	45.685	49.700
Financ. / Emprést.e Debent. Moeda Nacional	37	12.172	33.476	45.685	49.700
(+) Dívida Líquida I	37	12.172	33.476	45.685	49.700

7 Patrimônio líquido

7.1 Capital social

O capital social até 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 30.000 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações - 2018			
	Integralizadas		% do Capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total
Transminas Holding S/A	12.300.000	-	41%	41%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	7.200.000	-	24%	24%
Centrais Eletricas Brasileiras S.A.	7.500.000	-	25%	25%
EATE	3.000.000	-	10%	10%
	30.000.000	-	100%	100%

Acionista	Quantidade de ações - 2017			
	Integralizadas		% do Capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total
Transminas Holding S/A	12.300.000	-	41%	41%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	7.200.000	-	24%	24%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	7.500.000	-	25%	25%
EATE	3.000.000	-	10%	10%
	30.000.000	-	100%	100%

Em novembro/2017 foi formalizado a transferência das ações da CEMIG para TAESA.
Em Agosto de 2018 foi formalizado a transferência das ações de Furnas para Eletrobrás

7.2 Reserva de lucros

Reservas de lucros	31/12/2018	31/12/2017
Reserva legal (a)	5.890	5.890
Retenções de lucro	(16.686)	(23.554)
	(10.796)	(17.664)

- (a) A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

8 Receita operacional bruta

Receita Bruta	R\$ Mil	
	31/12/2018	31/12/2017
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	25.811	25.105
Total	25.811	25.105

9 Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	<u>(572)</u>	<u>(520)</u>
Remuneração	(335)	(315)
Encargos	(117)	(106)
Previdência privada	(7)	(7)
Assistência médica	(14)	(8)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(44)	(34)
Outros	<u>(55)</u>	<u>(50)</u>
Administradores	<u>(202)</u>	<u>(192)</u>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(167)	(159)
Benefícios dos administradores	<u>(35)</u>	<u>(33)</u>
Total	<u>(774)</u>	<u>(712)</u>

10 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é enquadrada no regime tributário do lucro presumido, o qual é apurado trimestralmente sobre as receitas a CSLL - Contribuição social e o IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica. Os impostos são obtidos por meio da aplicação de alíquotas de presunção sobre as receitas, conforme abaixo:

Natureza	Alíquota de presunção - IRPJ	Alíquota de presunção - CSLL
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	8%	12%

Utilizando-se as alíquotas de presunção acima descritas, se obtém as bases de cálculo do imposto, sobre qual incidem o IRPJ com alíquota de 15% e a CSLL com alíquota de 9%. A parcela da base de cálculo que exceder ao valor resultante depois da redução de R\$ 240.000,00 no ano, sujeitará à incidência de adicional do imposto à alíquota de 10% (dez por cento).

11 Demonstração do resultado do exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

12 Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da

Companhia Transudeste de Transmissão
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

Notas	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo Circulante						
	3.096	-	3.096	2.026	-	2.026
4	2.659	-	2.659	2.626	-	2.626
	217	-	217	52	-	52
	73	-	73	118	-	118
	-	1.147	1.147	-	1.147	1.147
	-	-	-	-	24.567	24.567
	-	21.179	21.179	-	-	-
	3	-	3	3	-	3
	98	-	98	50	-	50
Ativo Não Circulante						
4	240	-	240	203	-	203
	-	64.776	64.776	-	76.610	76.610
	11	-	11	11	-	11
5	58.801	(58.787)	14	61.294	(61.276)	18
5	2.629	(2.626)	3	2.561	(2.539)	22
Total do Ativo	67.827	25.689	93.516	68.944	38.509	107.453
Passivo						
Passivo Circulante						
	208	-	208	172	-	172
6	12.209	-	12.209	4.052	-	4.052
	672	792	1.464	638	-	638
	-	-	-	3.917	-	3.917
	1.367	650	2.017	1.201	-	1.201
	516	(512)	4	780	(743)	37
Passivo Não Circulante						
6	33.476	-	33.476	45.648	-	45.648
	-	5.040	5.040	-	3.147	3.147
	-	1.949	1.949	-	-	-
	175	(175)	-	200	(200)	-
Total do Passivo	48.623	7.744	56.367	56.608	2.204	58.812
Patrimônio Líquido						
7	30.000	-	30.000	30.000	-	30.000
	(10.796)	17.945	7.149	(17.664)	36.305	18.641
Total do Patrimônio Líquido	19.204	17.945	37.149	12.336	36.305	48.641
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	67.827	25.689	93.516	68.944	38.509	107.453

Companhia Transudeste de Transmissão
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

		31/12/2018			31/12/2017		
Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso							
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	8	25.830	(25.830)	-	25.105	(25.105)	-
Receita de Operação e Manutenção			4.974	4.974	-	2.408	2.408
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão			16.437	16.437	-	21.232	21.232
PV (Parcela Variável)		(19)					
Tributos							
PIS-PASEP		(168)	29	(139)	(163)	-	(163)
Cofins		(775)	132	(643)	(753)	-	(753)
Encargos - Parcela "A"							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(240)	-	(240)	(237)	-	(237)
Reserva Global de Reversão - RGR		(671)	114	(557)	(627)	-	(627)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(103)	17	(86)	(98)	-	(98)
		23.854	(4.127)	19.746	23.227	(1.465)	21.762
Receita Líquida / Ingresso Líquido							
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal e administradores	9	(774)	-	(774)	(712)	-	(712)
Material		(18)	-	(18)	(12)	-	(12)
Serviços de terceiros		(1.130)	-	(1.130)	(1.181)	-	(1.181)
Arrendamento e aluguéis		(369)	-	(369)	(367)	-	(367)
Seguros		(9)	-	(9)	(9)	-	(9)
Depreciação e Amortização		(2.510)	2.488	(22)	(2.510)	2.486	(24)
Gastos diversos		(23)	(87)	(110)	(28)	-	(28)
Outras Receitas Operacionais		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Operacionais		-	-	-	-	-	-
		19.021	(1.726)	17.314	18.408	1.021	19.429
Resultado da Atividade							
Resultado Financeiro							
Despesas Financeiras		(3.554)	-	(3.554)	(2.688)	-	(2.688)
Receitas Financeiras		339	-	339	689	-	689
		15.806	(1.726)	14.099	16.409	1.021	17.430
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro							
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(887)	138	(749)	(984)	46	(938)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade			-	15.425	1.067	16.492	
Operações Descontinuadas							
Lucro (Prejuízo) após o Imposto do Exercício		14.919	(1.569)	13.350	15.425	1.067	16.492
Resultante de Operações Descontinuadas							-
		14.919		13.350	15.425		16.492
Resultado Líquido do Exercício							
Atribuível Aos:							
Acionistas Controladores		14.919		13.350	15.425		16.492
Lucro Por Ação							
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		497,30		445,00	514,17		549,73
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		497,30		445,00	514,17		549,73
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade							
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		497,30		445,00	514,17		549,73
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		497,30		445,00	514,17		549,73

12.1 Principais mudanças nas políticas contábeis

A Transudeste adotou os pronunciamentos e interpretações novas e/ou revisadas pelo CPC, CVM e IASB, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, que são:

- **CPC nº47 – Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers)**

Na adoção do CPC 47, a Transudeste aplicou o método do efetivo cumulativo, não reproduzindo os efeitos deste CPC para o exercício comparativo de 2017. Os ajustes dos saldos contábeis em função da adoção inicial foram registrados em lucros acumulados.

A Transudeste avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.1.2 das demonstrações societárias de dez/2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47, o Contas a receber de Implantação da Infraestrutura, até então, classificado como ativo financeiro, e cujo saldo totalizava, em 1º de janeiro de 2018 R\$ 151.450, passa a ser classificado como ativo contratual, no montante de R\$ 140.099 CPC nº48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9 Financial Instruments)

- **CPC nº48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9 Financial Instruments)**

O CPC 48 trouxe como principais modificações, para a Companhia: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (impairment) para ativos financeiros passando para o modelo de perdas esperadas em substituição ao modelo de perdas incorridas e (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, conforme requerido pela norma. A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

Classificação e mensuração

Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia alterou a classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A alteração na classificação não impactou a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto significativo das demonstrações contábeis.

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Caixa e equivalente de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Redução ao valor recuperável – Ativos financeiros e ativos contratuais

A Companhia optou pela aplicação da abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos, resultando em uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente na rubrica de Contas a receber de clientes. Para o exercício de 2018, a Companhia realizou uma análise de crédito de seus clientes, e concluiu não haver indícios de perdas de crédito para os faturamentos realizados. Para os demais ativos financeiros, a Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

12.2 No modelo de ativo financeiro as receitas são segregadas da seguinte forma:

Receita de implantação de infraestrutura:

Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a TRANSUDESTE utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período.

- **Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.
- **Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir e os respectivos custos.

12.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do CPC 47 (IFRS 15) em 2018 (ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão em 2017), e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

13 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	37.149	48.641
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	(38.507)
Ativo contratual (CPC 47)	(23.777)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	5.832	2.202
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	19.204	12.336

14 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido conforme contabilidade societária	13.350	16.492
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	(1.021)
Ativo contratual (CPC 47)	1.707	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(138)	(46)
Lucro líquido regulatório	14.919	15.425